

**IV SEMANA DE ESTUDOS
AMAZÔNICOS**

**AGRONEGÓCIO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, BEM
VIVER**

A281

Agronegócio, economia solidária, bem viver [Recurso eletrônico on-line] organização IV
Semana de Estudos Amazônicos – Belo Horizonte;

Coordenadores: Beatriz Souza Costa, Maraluce Maria Custódio e Márcio Luis de
Oliveira – Belo Horizonte, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-884-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: SEMEA

1. Agronegócio. 2. Economia solidária. 3. Bem-viver. 4. Populações tradicionais. 5.
Amazônia. I. IV Semana de Estudos Amazônicos (1:2019 : Belo Horizonte, BH).

CDU: 34



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



JESUÍTAS BRASIL

IV SEMANA DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

AGRONEGÓCIO, ECONOMIA SOLIDÁRIA, BEM VIVER

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos os trabalhos científicos incluídos nesta publicação. Eles foram apresentados durante a programação da IV Semana de Estudos Amazônicos – SEMEA, nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2019, em Belo Horizonte/MG.

A SEMEA nasce em 2016, por iniciativa da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e ganha abrangência nacional com o concomitante nascimento do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (Olma) e o apoio da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam – Brasil). A primeira edição do evento ocorreu em outubro de 2016 com intenso sucesso, garantindo a participação efetiva de povos indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões, religiosos e leigos que vivem e trabalham na Amazônia, representantes da cooperação internacional, pesquisadores do Amazonas e de Pernambuco, representantes da sociedade civil de Recife e de organismos públicos estaduais, como a Defensoria Pública, Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco etc. A segunda edição do evento, em 2017, ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), sob a organização local do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (Nima), ampliando o número de representantes das culturas amazônicas, organismos de apoio e acadêmicos vinculados à temática, garantindo ainda maior visibilidade e importância ao evento. Em 2018, a 3ª SEMEA foi realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul, entre os dias 16 e 19 de outubro. Mais uma vez, o número de representantes das populações tradicionais cresceu, possibilitando aprofundar o debate com acadêmicos de diferentes regiões do país a respeito dos principais desafios por que passa a Amazônia e seus povos no atual contexto nacional.

A 4ª SEMEA, em 2019, foi uma realização conjunta da Dom Helder Escola de Direito, Faculdade dos Jesuítas (Faje) e do Centro Loyola, com atividades também no Colégio Loyola. A programação contou com a participação de representantes de povos tradicionais da Amazônia, gestores públicos e pesquisadores, que buscaram promover o intercâmbio de saberes e dar visibilidade aos desafios amazônicos em todo o contexto nacional.

A apresentação dos trabalhos abriu caminho para uma importante discussão, em que os pesquisadores, oriundos de diferentes Estados da Federação, puderam interagir em torno de questões teóricas e práticas, levando-se em consideração a temática central de cada grupo.

Foram debatidos os desafios enfrentados pelos povos amazônicos para a preservação da região e discutidas propostas e saídas para a resolução dos problemas apresentados.

Na coletânea que agora vem a público, encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas Instituições de Ensino Superior acerca da temática “Agronegócio, Economia Solidária e Bem Viver”. Os trabalhos foram rigorosamente selecionados, por meio de dupla avaliação cega por pares no sistema eletrônico desenvolvido pelo CONPEDI. Desta forma, estão inseridos no universo das pesquisas do evento ora publicadas, que guardam sintonia direta com este Grupo de Trabalho.

O agro é fogo: o agronegócio como agente de redução da qualidade paisagística e algoritmo de amplificação do risco de incêndios florestais na região amazônica foi tema desenvolvido por Pedro Henrique Moreira da Silva. O autor apresenta o agronegócio como alterador da paisagem amazônica, na medida em que promove o desmatamento da floresta. A partir desse contexto, discute-se a importância da paisagem amazônica para a sociedade, demonstrando que a alteração da qualidade paisagística da Amazônia pelo agronegócio é responsável por ampliar os riscos de incêndios florestais – o que aprofunda as mazelas do espaço ambiental, ampliando suas vulnerabilidades.

Magno Federici Gomes e Leandro José Ferreira abordam o fundo amazônia, regulamentação, governança ambiental e participação popular. A pesquisa analisa o Fundo Amazônia, seus objetivos, sua regulamentação e sua importância para a promoção da proteção ambiental da Floresta Amazônica, sob um enfoque crítico. O problema que o artigo pretende responder é se a participação popular está presente na gestão do Fundo Amazônia.

Já Ana Luiza Novais Cabral e Willia de Cácia Soares Ferreira discorreram sobre a globalização e seus reflexos no meio ambiente e na pobreza do mundo. Para as autoras, a globalização estabeleceu ligações e conexões entre todos os cantos do planeta, possibilitando a circulação de investimentos, novas tecnologias, bens e serviços para além das fronteiras dos países. Entretanto, não foi capaz de acabar com as desigualdades sociais. Ao contrário, tornou mais evidente a pobreza e a degradação do meio ambiente. Assim, o artigo aborda o processo de globalização e seus reflexos na pobreza no mundo nas questões afetas ao meio ambiente.

Demonstrando a relevância do mercado de carnes no Brasil e, como essa atividade impacta o meio ambiente, desde a criação do gado na Amazônia até seu abate e como o desenvolvimento sustentável pode ser um caminho possível, Émilien Vilas Boas Reis e Naiara Carolina Fernandes de Mendonça apresentam o artigo intitulado o mercado de carnes

no Brasil e seus reflexos no meio ambiente: uma reflexão sobre a criação de gado na Amazônia e o abate de animais. A pesquisa conclui pela necessidade de criação de leis visando efetivar e garantir a preservação do meio ambiente, bem como instituir políticas públicas que priorizem a fiscalização, incentivo e conscientização dos impactos, caminhando rumo ao desenvolvimento sustentável.

A Amazônia em chamas: um retrato da história da urbanização do território brasileiro é tema tratado por Camilla de Freitas Pereira e Beatriz Souza Costa. Afirmam as autoras que atualmente muito se discute sobre o aumento das queimadas na região amazônica. Tais debates têm tido como protagonistas chefes de estado internacionais, levando a reflexões profundas a respeito da soberania dos países envolvidos. O trabalho busca demonstrar a real situação sobre as queimadas na região, imbuída desde o início do processo de urbanização da Amazônia por interesses econômicos.

Já a soberania alimentar dos povos amazônicos a partir dos kamaiurás foi o tema escolhido por Alessandra Castro Diniz Portela e Maraluce Maria Custódio. O artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a fragilidade da cultura alimentar e realidade dos povos amazônicos fazendo um recorte da tribo Kamaiurá. Buscou-se indicar, por meio da literatura, formas alternativas que visem sanar os obstáculos enfrentados pelos povos indígenas sobre o cultivo e manutenção da cultura alimentar. Para tanto, o artigo analisa diversos autores e etnografia do tema com levantamento de dados e cenários qualitativos que abrange o tema, tendo como marco teórico a sociedade líquida de Zygmunt Bauman.

Por fim, Sébastien Kiwonghi Bizawu e Janison Tadeu Neves apresentam o texto o controle de agrotóxicos no Brasil: uma questão de saúde pública, onde analisam que a ganância pelo lucro tem induzido o homem a uma utilização irracional dos agrotóxicos utilizados no Brasil causando impacto na saúde humana e no meio ambiente. O Estado Brasileiro é responsável pelo controle dessas substâncias nocivas à saúde de seres humanos, sobretudo na produção de alimentos. Assim, o artigo objetiva analisar o controle dos agrotóxicos no Brasil como uma questão de saúde pública.

Agradecemos a(à) todos(as) os(as) pesquisadores(as) pela sua inestimável colaboração e desejamos uma ótima e proveitosa leitura!

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO MEIO AMBIENTE E NA POBREZA DO MUNDO

GLOBALIZATION AND ITS REFLECTIONS ON THE ENVIRONMENT AND POVERTY IN THE WORLD

**Ana Luiza Novais Cabral ¹
willia de Cácia Soares Ferreira ²**

Resumo

A globalização estabeleceu ligações e conexões entre todos os cantos do planeta, possibilitando a circulação de investimentos, novas tecnologias, bens e serviços para além das fronteiras dos países. Entretanto, não foi capaz de acabar com as desigualdades sociais. Ao contrário, tornou mais evidente a pobreza e a degradação do meio ambiente. Assim, utilizando uma metodologia teórico-jurídica, com enfoque na pesquisa explorativa e no raciocínio dedutivo, baseando-se na doutrina, será abordado o processo de globalização e seus reflexos na pobreza no mundo nas questões afetas ao meio ambiente.

Palavras-chave: Globalização, Meio ambiente, Pobreza, Desigualdades sociais

Abstract/Resumen/Résumé

Globalization has established connections and connections between all corners of the planet, enabling the circulation of investments, new technologies, goods and services across countries' borders. However, it was not able to end social inequalities. On the contrary, it has made poverty and environmental degradation more evident. Thus, using a theoretical-juridical methodology, with a focus on exploratory research and deductive reasoning, based on doctrine, the process of globalization and its reflections on poverty in the world on issues related to the environment will be addressed.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Globalization, Environment, Poverty, Social inequalities

¹ Advogada. Doutoranda em Direito Público. Bolsista CAPES. Mestre em Direito Ambiental pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

² Advogada. Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização não existem mais barreiras para o comércio e o investimento que, por sua vez fomenta o consumo possibilitando a circulação de bens, serviços e novas tecnologias para além das fronteiras dos países.

Em contrapartida, quanto mais o mundo se transforma em um grande comércio, as desigualdades sociais, a pobreza e a degradação ambiental se torna cada vez mais evidente.

Nesse sentido, a globalização trouxe novas possibilidades, novas relações, estabeleceu ligações e conexões entre pessoas e povos de todos os lugares possíveis. Entretanto, não acabou com as desigualdades sociais.

Ao contrário, tornou-se mais evidente a pobreza e a destruição do meio ambiente. E demonstra a cada dia que essas não são questões pontuais, relegadas aos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, mas um problema global que atinge todas as nações, inclusive, as mais desenvolvidas, acarretando consequências geopolíticas de grande alcance, ocasionando perturbação econômica e social em todo o mundo.

Por certo, que a globalização demanda condições econômicas que favoreçam o consumo, acesso a informação e novas tecnologias, bem como o acompanhamento científico.

Nesse sentido, adentrar nas discussões afetas a globalização e seus reflexos na pobreza no mundo e na destruição do meio ambiente é, pela complexidade do tema, penetrar num espaço que envolve conflitos, justificáveis, em certa medida, mas que refletem em toda a sociedade mundial.

Dessa forma, percebe-se que com a globalização trata-se de um processo que exclui e inclui ao mesmo tempo, em uma dinâmica em que a inclusão cultural, social, tecnológica, científica, econômica e ambiental é acompanhada por uma exclusão estrutural sistemática.

E, dessas questões derivam, de um lado, problemas ambientais como desmatamento, poluição do ar, das águas, aquecimento global, dentre outros. E de outro norte, acentuam-se as desigualdades, que se revelam, essencialmente, na disparidade das relações homem e trabalho; nas formas de apropriação do espaço, bem como nas diferenças evidenciadas na composição das classes sociais, que por sua vez, é fato gerador da pobreza.

Entretanto, há de se conscientizar que nesse processo de globalização se deve dotar medidas propiciar a melhoria do meio ambiente que, por óbvio, resultará numa melhoria das condições econômicas e sociais, e por consequência, na diminuição da pobreza, considerando que a reciclagem de resíduos, a conservação da água e da energia, por exemplo, pode gerar

empregos e melhorar tanto a qualidade de vida da população quanto a qualidade do meio ambiente.

Nesse contexto, talvez a pobreza seja um dos principais problemas da devastação ambiental. Lado outro, há de considerar que uma renda mais elevada, como nos países mais ricos, também é causa dos desequilíbrios ambientais verificados em todo o globo, uma vez que a concentração de renda pressupõe maior crescimento econômico e por consequência maior exploração dos recursos naturais que acarretará desequilíbrio ambiental.

Por outro lado, esse aumento na renda pode gerar uma melhoria na qualidade da água; a ampliação do acesso ao saneamento básico e a diminuição da poluição. A melhora do meio ambiental, reflete na qualidade de vida, pois acarreta a diminuição da incidência de doenças infectocontagiosas, a queda da mortalidade infantil, por exemplo, que são problemas presentes em populações que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, a dicotomia rico-pobre, a fim de definir o principal propulsor para a degradação do meio ambiente e a pobreza no mundo demanda, dentro do contexto de globalização, a qualificação do tipo de degradação ambiental, uma vez que há formas de degradação que se revelam num contexto de desenvolvimento econômico e existe outras formas que são típicas da ausência do aludido desenvolvimento.

Por certo, que a globalização é uma realidade presente em todos os povos e em todas as nações. Foi concebida para ser utilizada como processo transformador das relações entre os povos e inaugurar um novo modelo de geração de riquezas, circulação de bens e serviços e integração socioeconômica do planeta.

Entretanto, a globalização ao mesmo tempo em que possibilita um processo de esvanecimento das demarcações, do hibridismo e de pequenas e não grandes diferenças, também acarreta um mundo de separação, segregação, aniquilamento e destruição que refletem em todas as searas do planeta.

Assim, utilizando uma metodologia teórico-jurídica com raciocínio dedutivo, baseando-se na doutrina, será abordado o processo de globalização e seus reflexos na pobreza no mundo e nas questões afetas ao meio ambiente, com enfoque na pesquisa exploratória.

2 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

A globalização pode ser entendida como um processo econômico e social que estabelece uma integração com características econômica, social, tecnológica, científica,

cultural e política entre povos e países do mundo. E, na atualidade se realiza através da interligação e da comunicação entre todos os povos.

É um fenômeno que perpassa toda a história da humanidade, vezes com grandes avanços, noutros momentos com recuos, mas sempre permeado por períodos de maior ou menor amplitude.

Na contemporaneidade, a revolução tecnológica da comunicação e informação, possibilitou ao processo de globalização alcançar novos contornos outrora impensáveis, e cujos efeitos se manifestam em todos os campos, seja ele político, econômico, cultural, e como no caso em comento, no campo social e ambiental.

Considerando essas premissas, Anthony Giddens (GIDDENS, 1990, p. 66) define globalização como “a intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira, que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Para Leonardo Boff, a globalização é um

Processo mundial de homogeneização do modo de produção capitalista de globalização dos mercados e das transações financeiras, do entrelaçamento das redes de comunicação e do controle mundial das imagens e das informações. A lógica que a preside é a competição de todos com todos (BOFF; 2002; p. 35).

Para o referido autor, a globalização presente e necessária na contemporaneidade, passa necessariamente, pela transformação das virtudes da hospitalidade, da convivência e da comensalidade de hábitos, destacando que:

se essas virtudes se transformarem em hábitos e em atmosfera cultural, criam-se as condições para uma globalização necessária e salvadora, aquela que reúne as tribos dispersas, traz de volta os filhos e filhas pródigos e aproxima os distantes, aquela que preserva melhor a Mãe Terra e nos abre para a Fonte originária de onde nos vêm todos os dons, a bem-aventurança da vida e a felicidade que não quer ter fim” (BOFF, 2005, p. 15).

Saliente-se que a globalização se iniciou como um processo de internacionalização da economia, de forma que o crescimento do comércio e do investimento internacional se processasse de modo mais rápido do que o da produção conjunta dos países, ampliando, assim, as bases internacionais do capitalismo (incorporação de mais áreas e nações) e unindo progressivamente, o conjunto do mundo, num circuito único de reprodução das condições humanas de existência.

Nesse sentido, afirma Joaquim Carlos Racy que:

O fenômeno da globalização, tal como entendido presentemente, só passa a ter uma nítida definição em termos de opinião pública após a superação do litígio hemisférico Leste/Oeste, com a queda do muro de Berlim. O movimento no sentido da globalização, contudo, poderia ter sua origem localizada já ao término da Primeira Grande Guerra que, com a internacionalização dos capitais produtivos e financeiros privados, propiciaria as condições para a Grande Depressão (RACY, 2012, p. 116).

Nesse contexto, acreditava-se que a globalização traria uma prosperidade, sem precedentes, para todos os países. E em que pese o progresso alcançado com a globalização - que de certo modo beneficiou nações e povos indistintamente -, por outro lado, também apresentou novos desafios, de agravamento das desigualdades em termos sociais, regionais e setoriais.

Diante disso, Chiavenato, afirma que

A globalização é parte de um processo de exclusão que, aproveitando-se dos mecanismos e dos meios de comunicação das massas, seleciona e hierarquiza para o consumo, dando a impressão que promove a igualdade, que o mundo é um só, que vivemos em uma sociedade global etc. E que isso se consegue com um consumo de duas pontas, que oferece a mesma "qualidade" de satisfação para pobres e ricos (CHIAVENATO, 1998, p. 58).

Sobre as transformações derivadas do processo de globalização, Rico assevera que, contraditoriamente:

geraram um aumento de oportunidades para uma parcela significativa de cidadãos, mas, por outro lado, influenciaram no crescimento desordenado da pobreza e da desigualdade, na insegurança econômica, no deslocamento social e na degradação ambiental, para outros. A obtenção do crescimento econômico nesse novo mundo, sem abandonar as metas de redução da pobreza, da coesão social e da sustentabilidade ambiental, torna-se o principal desafio para quase todos os governos, neste início de século (RICO, 2002, p. 8).

Nesse sentido, a globalização, ao mesmo tempo em que diminuiu as fronteiras entre os povos e fez circular riquezas, acentuou as desigualdades sociais, evidenciando a pobreza no mundo e os problemas afetos ao meio ambiente, cujas consequências refletem para além das fronteiras dos países, atingindo e repercutindo no mundo de modo generalizado.

Para Helena Lastres, a ideia predominante subjacente ao termo globalização econômica foi assim definida:

Se caminhar para um mundo sem fronteiras, com a predominância de um sistema internacional autônomo e socialmente sem raízes, onde os mercados de bens e serviços se tornam crescentemente globais. Nesta perspectiva, sustenta-se que a

economia mundial é dominada por “forças de mercado incontroláveis”, cujos principais atores econômicos são grandes corporações transnacionais que não devem lealdade a nenhum Estado-nação e que se estabelecem em qualquer parte do planeta, exclusivamente, em função de vantagens oferecidas pelos diferentes mercados (LASTRES, 1998, p. 2).

Observa-se ainda, que nesse processo de globalização, a liberdade de decidir o futuro está restrita apenas àqueles poucos que controlam as alternativas e os processos de geração de riquezas e que por isso não são obrigados a aceitar imposições que eles próprios sujeitam as nações mais vulneráveis econômico e socialmente.

Benaion, afirma que os atuais e futuros problemas econômicos, sociais e ambientais da sociedade passam pela:

[...] busca de novas tecnologias que usem energia limpa e renovável e técnicas de exploração dos recursos naturais que favoreçam, preservem e recuperem o meio ambiente, despoluindo rios, desenvolvendo sistemas de transportes mais eficientes e menos poluentes e que contribuam, sobretudo, para a redução do desemprego, para o aumento da renda nacional e da inclusão social (BENAION, 2006, p. 137).

Percebe-se que um número cada vez maior de fenômenos inquietantes como a escassez de recursos energéticos, a deterioração do meio ambiente, os movimentos migratórios decorrentes da insegurança, vulnerabilidade social, pobreza e instabilidade política e econômica, vêm causando instabilidade a esse processo de natureza global, uma vez que, em diversas situações, a globalização reforçou as economias fortes e debilitou ainda mais as que já eram fracas.

Considerando essas premissas, é difícil estabelecer estruturas globais de governança de modo a minimizar os efeitos negativos advindos da globalização. E conforme informa Elmar Altvater (1999, p. 128-129), uma evidente consequência desse monopólio do poder é que a sustentabilidade ecológica ou não é possível ou se torna possível apenas sob condições de extrema desigualdade global.

O economista Jeffrey Sachs observa que

Os Estados Unidos lançaram uma guerra ao terrorismo, mas negligenciaram as causas mais profundas da instabilidade global. Os 450 000 milhões de dólares que o país irá gastar este ano em despesas militares nunca comprarão a paz se se continuar a gastar [...] apenas 15 000 milhões [...] para tratar da situação dos pobres entre os pobres do mundo, aqueles cujas sociedades estão desestabilizadas pela pobreza extrema e assim se tornam santuários de agitação, violência e mesmo terrorismo global (SACHS, 2006, p. 2006: 29-30).

Nesse contexto, a pobreza presente e acentuada principalmente nas periferias urbanas e no interior dos países, associada a outros fatores sociais e econômicos, em muitas situações, pode derivar de problemas ambientais como o desmatamento, a poluição do ar e o aquecimento global, entre outros.

Por isso, que a melhoria das condições do meio ambiente pode resultar numa melhoria das condições econômicas e sociais, pois a reciclagem de resíduos, a conservação da água e da energia são exemplos de como criar empregos e melhorar tanto a qualidade de vida da população quanto do meio ambiente.

Há de se observar, portanto, que os problemas relacionados à pobreza e ao meio ambiente estão interligados, de modo que não há solução possível para essa celeuma mundial se não for pensada em conjunto.

Entretanto, os críticos da globalização apontam que são alarmantes os números da pobreza no mundo. E para Yunus Muhammad (2000, p. 98) a razão disso está no fato de que os mercados liberais, na sua fórmula atual, não foram feitos para resolver problemas sociais; pelo contrário, poderão vir a agravar ainda mais as situações de pobreza, doença, poluição, corrupção, crime e desigualdade.

Há de considerar que a globalização, conforme já explanado, trouxe inúmeros benefícios para a humanidade, porém, deixa a cada dia um legado de exclusão e vulnerabilidade social e ambiental que se revela tanto no alto índice de pobreza entre os povos quanto na degradação do meio ambiente.

Nessa perspectiva, esse processo de globalização deve ser pensado de modo a transpassar as relações meramente de mercado e que sustenta o sistema de capital - que somente acentua a desigualdade e exclusão socioambiental. E assim, visa-se a buscar a compatibilização dos conceitos e preceitos da globalização com a preservação do meio ambiente e a diminuição da pobreza e da exclusão social.

3 OS REFLEXOS DA POBREZA E DO MEIO AMBIENTE NO MUNDO GLOBALIZADO

Por certo, que no mundo globalizado, o grande desafio da humanidade é, senão por fim, pelo menos minimizar os problemas da pobreza, da má distribuição de renda, das imperfeições dos mercados e das questões afetas à degradação do meio ambiente, que está se agravando com o passar do tempo.

Tempo que segundo Jeffrey Sachs (SACHS, 2002), ultrapassa a racionalidade tradicional utilizada na economia.

Os governos, principalmente dos países mais pobres, ficam submetidos a uma tortura desigual. De um lado necessitam se adequar à ordem internacional do mercado; de outro, eles buscam proteger o seu próprio povo. Isso se torna uma técnica acrobática e na maioria das vezes arriscada. Se tomarem atitudes que significam, em um primeiro momento, a defesa de seu povo, contra a ordem econômica globalizada, poderá, ao mesmo tempo, estar jogando contra a sua própria população.

Conforme afirma REIS

É certo que estamos chegando a um momento em que teremos todos de, numa tomada de consciência universal muito séria, medir as nossas responsabilidades e os perigos a que estamos expondo pelo tratamento bárbaro da natureza, pelo nosso comportamento agressivo em face dela, que saqueamos numa desenvoltura desumana e profundamente criminosa (REIS, 1982, p. 171).

O meio ambiente vem ao longo dos anos sofrendo grandes e generalizados reveses que afetam o planeta como um todo com consequências que vão para além da região degradada. Exemplo disso é o aquecimento global, a poluição atmosférica, de rios e oceanos. Ao passo que a pobreza continua a ser um dos fenômenos estruturais mais frequentes nas sociedades.

Saliente-se que nas últimas décadas, pobreza e meio ambiente, vêm preocupando a comunidade internacional, sendo sujeito de discursões entre governantes, organizações internacionais e a sociedade civil, uma vez que configuram fator de instabilidade social e econômica.

Partindo desses pressupostos, a pobreza - que pode ser definida por indicadores materiais, como a falta de rendimento, bens e patrimônio (em dinheiro ou espécie), - fundamental para garantir padrões mínimos dignos de vida humana -, não pode ser entendida apenas como um fenômeno quantitativo.

Nesse sentido, Amartya Sen (SEM, 2002) defende uma abordagem qualitativa da pobreza, afirmando que além de indicadores econômicos, há também de considerar a privação de um leque mais amplo de potencialidades ou capacidades básicas de um indivíduo, isto é, uma insuficiência não-material.

Em resumo, a pobreza é a privação da liberdade dos indivíduos de agir de acordo com seu próprio bem-estar ou com o bem-estar do próximo (SEN, 1992, p. 20).

Entretanto, como mencionado alhures, verifica-se que a pobreza não está confinada apenas no que tradicionalmente se designa como Terceiro Mundo. Mas encontra-se disseminada em todos os países e continentes, ainda que nos países economicamente estáveis, ela se apresente em menor escala e com contornos menos dramáticos que os vivenciados pelas populações dos países subdesenvolvidos.

No que se refere ao meio ambiente, este já não comporta os impactos produzidos pela frenética atividade capitalista globalizada. O meio ambiente se torna um limite ao modelo de produção vigente que somente visa o crescimento e não promove ações voltadas à sustentabilidade do planeta e, por consequência, a preservação e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para uma sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Kenneth Arrow, alerta que:

A base de recursos ambientais da qual toda a atividade econômica depende, inclui sistemas ecológicos que produzem uma ampla variedade de serviços. Essa base é finita. E, um uso imprudente da base de recursos ambientais pode reduzir de forma irreversível a capacidade de gerar produção material no futuro. Ou seja, existem limites à capacidade de suporte do nosso planeta. Evidentemente, é possível que melhorias no manejo de sistemas de recursos, acompanhadas de mudanças estruturais na economia que conservem recursos, possibilitem a extensão dos crescimentos econômico e demográfico, pelo menos por mais algum tempo, a despeito do fato de que é finita a base de recursos. Mas não se pode garantir que isso ocorra em tempo oportuno e com a intensidade necessária (ARROW, 1995, p 521).

Para Elmar Altvater (1995, p. 66), o desenvolvimento econômico é contrário à proteção do meio ambiente, na medida em que a riqueza, medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza.

Nessa visão, a degradação ambiental, como dito, pode infligir sérios danos aos pobres já que a vida destes depende do uso de recursos naturais e suas condições de vida oferecem pouca proteção contra poluição do ar, água e solo.

Dentro dessa lógica, Gray afirma que

É sabido que na era da globalização os maiores beneficiários, que por fim se tornam detentores das melhores fatias do território, utilizando--se de formas especulativas, as mais diversas, são as grandes corporações, os bancos, enfim os detentores de negócios capazes de instalarem setores produtivos em locais onde passarão a exercer o controle sobre salários, juros, padrões de qualidade de vida, até mesmo sindicatos e legislação trabalhista em permuta de “apoio social” e manobras especulativas.

[...]

Assim, o chamado mercado global se impõe como razão principal da constituição desses espaços da fluidez e, logo, da sua utilização, impondo, por meio de tais lugares, um funcionamento que reproduz as suas próprias bases (GRAY, 1999).

Desta forma, e como já abordado, os desafios econômicos, sociais e ambientais estão interligados e somente com uma consciência ecológica e socioeconômica em nível mundial, bem como parcerias globais pode-se encontrar caminhos para os problemas que afligem a humanidade, dentre eles, a pobreza e a degradação do meio ambiente.

Destaca Octávio Ianni que

Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de globalização, com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de globalização, que debilita o Estado-nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial (IANNI, 2001, p. 98).

Em linhas gerais, a degradação ambiental está diretamente ligada aos imperativos do capitalismo que se realiza por meio da globalização, pois é na acumulação de riquezas que se encontra a força motriz da devastação e expropriação de todas as forças naturais. Lembrando que na sociedade capitalista globalizada a natureza não é mais reconhecida como um poder, mas como um objeto de consumo ou meio de produção, do qual o homem não se reconhece no processo de produção. Esta realidade é decorrente do processo de alienação.

Mas de modo geral, a relação entre globalização, pobreza e meio ambiental (proteção ou degradação) está ligada aos níveis de renda da população que, por consequência, demanda um maior consumo, que não se limita as fronteiras de um único país ou continente e que, por sua vez demanda um árduo e intermitente processo de produção e investimento para a geração de bens e serviços.

Entretanto, espera-se que uma renda maior possa demandar padrões de consumo ambientalmente limpos, níveis de educação mais elevados, destinação adequada para os resíduos de modo que essas ações reflitam positivamente no meio ambiente e por consequência na diminuição da pobreza no mundo.

Balim, Mota e Silva afirmam que:

Vários são os motivos que ensejam uma mudança drástica da relação homem-natureza e demonstram a premente necessidade de se restabelecer e repensar a maneira pela qual o homem se relaciona com seu meio. As injustiças ambientais, a desproporcional divisão dos riscos ambientais e sociais, o aquecimento global, a

extinção das espécies, desmatamento, dentre outros fatores, corroboram que o modelo de desenvolvimento tornou-se insustentável e que aderir a uma nova perspectiva – no caso, o paradigma da complexidade – é, ainda hoje, um desafio, entretanto extremamente necessário para a manutenção da vida na Terra (BALIM; MOTA; SILVA, 2014, s/p).

Entretanto, somente uma política de mundialização que se orienta por um novo internacionalismo de solidariedade e de cidadania ampliada pode aglutinar forças e pressionar governos na luta pela realização dos conteúdos normativos universalistas já consagrados e pelas reformas ou pela implantação de instituições indispensáveis de governança regional e global, no sentido de um relacionamento mais democrático e responsável entre os estados e de maior integração dos cidadãos individuais e de associações cívicas (GOMES, 2000, p.173).

Em suma, no mundo globalizado, a pobreza e a degradação ambiental é uma realidade, demandando a implementação de medidas em escala global com vista a reduzir a pobreza e a destruição ambiental e para isso deve-se, indiscutivelmente, focar mais na diminuição das desigualdades sociais e menos no crescimento quantitativo da economia.

Mas para isso ser implementado demanda um processo de conscientização ecológica e social, de modo a assegurar que essa participação de uma pluralidade de instituições governamentais e da sociedade, represente o mais amplo espectro possível de interesses e assim solucionar os graves problemas planetários provocados pelo modelo de globalização adotado na atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização é uma realidade e alcançou dimensões inimagináveis, possibilitando a integração, sem barreiras, entre povos, países e culturas, modificando definitivamente as relações humanas e o comércio mundial, bem como intensificando as relações entre organizações, gerando demandas técnicas e atributos de qualidade em todos os setores.

Há de salientar que a globalização da forma que se realiza traz oportunidades e avanços, mas também apresenta aspectos negativos aos atingidos pelo processo, conforme já explicitado.

Nesse sentido, as oportunidades, em síntese, se consubstanciam na mudança na forma que os povos e os países passaram a se relacionar, possibilitando o livre comércio entre as nações, dinamizando a circulação de bens, serviços e geração de riquezas com conseqüente fortalecimento das economias mundiais.

Já os aspectos negativos, se materializam no fortalecimento econômico de alguns países em detrimento dos demais que por sua vez evidenciam as desigualdades sociais, ocasionando, dentre outros fatores, a pobreza e a degradação do meio ambiente. Tornando-se assim, um fator de alta complexidade no cenário econômico e socioambiental mundial, e que demanda medidas para frear ou pelo menos minimizar esses efeitos deletérios para a população mundial.

O óbvio seria entender que o crescimento da riqueza decorrente da globalização traria benefícios para os países periféricos, com a redistribuição de riquezas. Porém, o que se vê é o contrário, conforme acima assinalado.

Nesse sentido, a globalização que se apresenta com esse caráter de exclusão, injustiça social e perda da soberania dos povos, não pode ser concebida apenas como uma configuração político-econômica do momento histórico atual.

Entretanto, não há como conceber uma nova ordem mundial em que o processo de globalização seja relegado a um segundo plano, considerando que a conjuntura atual, alicerçada nesse modelo de capitalismo que demanda cada vez mais a integração e inter-relação entre os países para possibilitar o investimento, a circulação de bens e serviços e assim aperfeiçoar e acelerar o comércio para geração e concentração de riquezas, não se realiza sem a globalização.

Para lidar com esse desajuste estrutural, devem-se adotar políticas de combate à distribuição desigual de oportunidades, estabelecendo um conjunto de políticas socioambientais capazes de reduzir a pobreza e a degradação do meio ambiente.

Por certo que não há soluções uniformes e aplicáveis em nível global para combater a pobreza e a degradação ambiental, e trazer uma unidade igualitária para todos os envolvidos nesse processo, uma vez que tais problemas se revelam complexos e multidimensionais cuja origem se alicerça em nível nacional e internacional.

No entanto, essa multidisciplinariedade e a pluralidade econômica devem coexistir de maneira harmônica para que soluções e interpretações adequadas surjam para os problemas relacionados à pobreza e meio-ambiente, uma vez que esse modelo de desenvolvimento predatório, do qual a globalização é um dos seus aspectos, encontra o seu limite no esgotamento dos recursos naturais e na crise ambiental que por sua vez contribui para o aumento da pobreza, como já demonstrado.

As medidas a serem tomadas para solucionar os problemas aqui apontados, devem, necessariamente, abarcar estratégias que considerem os recursos, a produção e as pessoas, bem como as questões demográficas, a saúde, a educação, o contexto sociocultural das

comunidades locais, respeitando ainda, um processo democrático de participação, devendo, pois, ser pensada, discutida e praticada por todos (governantes, indivíduos e sociedade).

E embora a pobreza e a degradação ambiental se evidenciaram com o processo de globalização, a efetividade das medidas a serem adotadas deve respeitar, obrigatoriamente, as peculiaridades da região e dos povos que são impactados por esses fenômenos socioeconômicos e ambientais.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos**. In: HELLER, Agnes et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999, p.109-153.

ALTVATER, Elmar. **Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos**. In: HELLER, A. et. al. (Org.) A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI . Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 109-153.

ARROW, Kenneth, Bert Bolin, Robert Costanza, Partha Dasgupta, Carl Folke, C.S. Holling, Bengt-Owe Jansson, Simon Lewin, Karl-Göran Mällner, Charles Perrings e David Pimentel, **Economic Growth, Carrying Capacity and the Environment**. Science, n. 268, 28 de abril, 1995, p. 520-521.

BALIM, Ana Paula Cabral; MOTA, Luiza Rosso; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da . **Complexidade ambiental: o repensar da relação homem-natureza e seus desafios na sociedade contemporânea**. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.11, n.21, p.163-186, Janeiro/junho de 2014.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <<http://www.worldbank.org> > Acesso em 18. Jun.2017.

BECK, Ulrich. Risk Society, London: Sage, 1992.

BENAION, Noval. **A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BOFF, Leonardo. A nova era: a civilização planetária, 2002.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**, vol I : hospitalidade : direito e deve de todos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13 ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2012. p. 902.

GIDDENS, Anthony (1991). **Modernity and Self-Identity**. Cambridge, Polity Pres. 1990.

GÓMEZ, J. M. **Globalização da política: mitos, realidades e dilemas**. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 2ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, pp. 128-179, 2000.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD. 2006b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LASTRES, Helena, CASSIOLATO, José. LEMOS, Cristina. MALDONADO, José. VARGAS, Marcos. **Globalização e Inovação Localizada**. 1998. Nota Técnica 01/98. Rio de Janeiro, março de 1998.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15 ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo : Malheiros Editores LTDA, 2006. p.1111.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 1999. Disponível em <PNUD, <http://www.undp.org/>> Acesso em 18. Jun. 2017

RACY, Joaquim Carlos. **Globalização e identidade nacional**. In: Revista de Economia Mackenzie, v. 10, n. 1, Edição especial. 2012. p. 113-120.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Editora Civilização Brasileira, 5ª edição, 1982.

RICO, E.M. **Memorial para Concurso de Preenchimento de Vaga de Professor Assistente-Doutor**. Faculdade de Serviço Social – PUC-SP, São Paulo, fev. 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Jeffrey. **O Fim da Pobreza. Como consegui-lo na nossa geração**. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 1ª edição 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **O Desenvolvimento com Liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura e. **Os processos de globalização**. In: **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo. Cortez Editora. 2000.

YUNUS, Muhammad. **Creating a World Without Poverty. Social Business and the Future of Capitalism.** New York: Public Affairs, 2007.

